Decreto n.º 5:688

Convindo proceder com a maior brevidade à construção do edificio destinado ao Liceu de Rodrigues de Freitas, no Porto: manda o Governo da República Portuguesa o seguinte:

1.º Que seja adoptado, para ser devidamente desenvolvido em projecto definitivo, o ante-projecto do edificio do Liceu, elaborado pelo architecto José Marques da Silva;

2.º Que uma comissão, composta do reitor e do médico escolar daquele Liceu e do architecto José Marques da Silva e dos professores Manuel Marques Teixeira de Oliveira e Domingos José Ribeiro Braga, seja encarregada de determinar e fazer a aquisição do terreno necessário à construção do edificio, devendo também estabelecer as condições a que devem obedecer as propostas dos construtores nos concursos que oportunamente serão abertos perante a respectiva feitoria, nos termos da lei em vigor;

3.º Que à mesma comissão seja confiado o encargo de redigir o projecto definitivo e de superintender na construção das obras, regulamentando o processo das despesas e provendo no mais que fôr necessário para a boa execução das ditas obras;

4.º Que o architecto José Marques da Silva organize o projecto definitivo, elabore o caderno de encargos e as peças necessárias às adjudicações, ficando encarregado da direcção dos trabalhos da execução e tendo direito ao pagamento dos honorários estabelecidos pelo artigo 13.º do regulamento da Sociedade dos Architectos Portugueses.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919.—*JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Granjo — Amílcar da Silva Ramada Curto — António Maria Baptista — Vitor José de Deus de Macedo Pinto — Xavier da Silva Júnior — Júlio do Patrocínio Martins — João Lopes Soares — Leonardo José Coimbra — Jorge de Vasconcelos Nunes — Luis de Brito Guimarães.*

Direcção Geral do Ensino Superior**Decreto n.º 5:689**

Para complemento do Estatuto Universitário, últimamente decretado, convém regular a função técnica e as condições administrativas dos estabelecimentos anexo às Faculdades, estabelecimentos cuja acção sobre o progresso científico é indiscutível. Dêstes estabelecimentos um dos mais importantes, pela quantidade e qualidade dos exemplares que constituem as suas colecções, é o Museu Nacional, com as suas três secções — Zoológica e Antropológica (Museu Bocage), Botânica, Mineralógica e Geológica anexas à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Devem, sem dúvida, estes estabelecimentos continuar anexos à Faculdade de Ciências e sob a direcção de professores das respectivas especialidades, mas autónomos pelo que respeita às suas funções.

Institutos de investigação científica, nos quais não só há a fazer estudos de taxinomia, mas experiências e indagações em todos os ramos das sciências naturais puras e applicadas: estudar, guiar e, por assim dizer, exemplificar a orientação das pesquisas científicas e a sua utilização. Tal objectivo é completamente diverso das funções de ensino dos cursos; pode ser dêle complemento, mas não parte integrante, sob pena de nem os cursos nem o Museu Nacional satisfazerem o fim a que devem visar. É consequência lógica da sua índole esta independência, o que não importa que o Museu não auxilie o ensino, pelo

contrário, mas nas condições e modo próprio à sua feição.

O Governo da República decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O Museu Nacional continua anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, mas com funções autónomas e independentes dos serviços escolares.

§ único. Os serviços do Museu e serviços escolares têm quadro privativo de pessoal e dotação própria.

Art. 2.º O quadro dos naturalistas do Museu Nacional é o seguinte:

Secção Zoológica e Antropológica (Museu Bocage): — quatro naturalistas e dois naturalistas adjuntos.
Secção Botânica: — dois naturalistas.
Secção Mineralógica e Geológica: — um naturalista.

§ 1.º No provimento dos lugares de naturalistas serão preferidos os naturalistas adjuntos, desde que tenham mostrado zelo e assiduidade no desempenho dos seus cargos.

§ 2.º Os naturalistas serão distribuídos pelos diversos serviços pelo director da secção, atendendo à sua especialização e aos trabalhos publicados.

Art. 3.º Nas diversas secções do Museu Nacional criarse hão cursos de sistemática, de sciência pura, applicada e experimental.

§ 1.º Estes cursos são regidos pelos naturalistas, atendendo à sua especialização e aos recursos do Museu.

§ 2.º Os programas das lições são elaborados pelo naturalista encarregado do curso e publicados depois de aprovados pelos professores da secção de sciências histórico-naturais.

§ 3.º Os naturalistas terão a seu cargo a superintendência na conservação, estudo e catalogação dos exemplares relativos aos serviços que lhes estão cometidos.

Art. 4.º O Jardim Botânico, a estação de zoologia marítima e quaisquer outros estabelecimentos similares que pertençam ou venham a pertencer à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa serão considerados dependências do Museu Nacional.

Art. 5.º Cada uma das secções do Museu Nacional será dirigida por um professor da respectiva especialidade, eleito pelo Conselho da Faculdade, e terá o seu regulamento privativo por êle aprovado.

Art. 6.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919.—*JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Granjo — Amílcar da Silva Ramada Curto — António Maria Baptista — Vitor José de Deus de Macedo Pinto — Xavier da Silva Júnior — Júlio do Patrocínio Martins — João Lopes Soares — Leonardo José Coimbra — Jorge de Vasconcelos Nunes — Luis de Brito Guimarães.*

Decreto n. 5:690

Atendendo ao que foi representado pelos alunos do 1.º ano das Faculdades de Direito das Universidades do Coimbra e Lisboa:

O Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A organização e funcionamento das Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e Lisboa será a que foi aprovada pelo decreto n.º 4:874, de 5 de Outubro de 1918, com as seguintes modificações: